

SÃO PAULO TURISMO

Secretaria de Governança Corporativa

Rua Boa Vista, 280, 16º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01014-908

Telefone:

SÃO PAULO TURISMO S.A.

CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60

NIRE 35300015967

**ATA DA 5ª REUNIÃO - 2023 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2023**

DATA, HORA E LOCAL: 21 de julho de 2023, às 15:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente e Sr. Dorival Alcalde – Membro.

Como convidados: Sr. Roberto Miguel – Auditor Interno, Sra. Clarissa Battistella Guerra – Gerente de Concessão, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria, Sr. Fábio de Andrade Cardoso – Coordenador de Contabilidade e Orçamento, Sra. Luciana Mizusaki – Coordenadora Jurídica Empresarial, Cível e Contencioso, respondendo interinamente pela Gerência Jurídica (GJU); Sr. Daniel Oshiro Viana – Gerente de Tecnologia da Informação (GTI), Sr. Cezar dos Santos – Assessor e Sra. Gabriela Luiggi Senatore – Assessora, respondendo interinamente pela Gerência de Integridade (GIN).

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, e a Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi – atualização; (ii) Gerência Jurídica – atualização sobre processos; (iii) Gerência de Tecnologia da Informação – estrutura e equipe, atividades desenvolvidas, segurança de dados e atendimento à LGPD; (iv) Gerência de Controladoria – elaboração das Informações Financeiras em 30 de junho de 2023; (v) Auditoria Interna – execução do Plano Geral de Auditoria Interna; e (vi) Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, deu boas-vindas aos presentes.

No tocante ao item (i) da pauta, a Sra. Clarissa Guerra informou que:

(a) o prazo para desmobilização final dos bens pertencentes à Companhia será o mês de agosto, tendo em vista o avançar das obras do Distrito Anhembi, que são obrigações da Concessionária previstas no Plano de Intervenções, anexo do contrato de Concessão. Todavia, a conclusão do inventário ainda não ocorreu, pois a SPTURIS aguardava por parte da Concessionária a resposta sobre quais bens seriam aproveitados;

(b) sobre o início da vigência da Concessão, o assunto segue em discussão, pois há entendimento divergentes entre as partes, uma vez que a ordem de início foi dada no mês de novembro de 2021 e a posse de fato se deu no início de janeiro de 2022, o que reflete na questão do pagamento da outorga variável; por isso já foi solicitada à

Gerência Jurídica da SPTURIS a abertura de processo administrativo de penalidade, pois não se chegou ao consenso sobre tal assunto. Além disso, ainda há outras questões a serem resolvidas, como a solicitação de reequilíbrio econômico daquelas parcelas que foram suspensas (em comum acordo) em razão da pandemia;

(c) a Gerência de Concessão está trabalhando na elaboração de relatório de gestão e fiscalização do contrato que compreende a verificação de receitas comerciais, encargos de obra, além da gestão administrativa do contrato, uma vez que além do efetivo trabalho de gestão do contrato, houve apontamento do TCM sobre assuntos pertinentes ao contrato, entre os quais fazem parte as demonstrações financeiras da Companhia, pois delas não consta movimentação econômica referente à Concessão, o que se deu pelas discussões ainda em curso dos valores em aberto;

(d) outro documento que fará parte dos relatórios de fiscalização são os planos operacionais que serão fornecidos pela Concessionária. As primeiras versões dos documentos já foram entregues, mas ainda necessitam de certos ajustes para que atendam às necessidades do contrato e da equipe de fiscalização; e

(e) houve a troca da garantia de execução do contrato de fiança bancária por seguro fiança, devidamente atualizada pelo índice de correção previsto no contrato; (f) foram iniciadas as obras previstas no programa de intervenções do contrato, porém segue aprovado com ressalvas; a priori as obras iniciam com a aprovação do processo de licenciamento, mas o projeto executivo final será construído no processo de aprovação faseado do programa de intervenções e, ainda, há prazo hábil para as aprovações pois, de acordo com o cronograma apresentado, as obras serão entregues com 1 ano de antecedência e o que implicará de fato o cumprimento do contrato é a entrega final das obras e a efetiva operação do Distrito Anhembi.

Face à absoluta relevância da Concessão, o CAE recomenda que, tendo em vista a abrangência de apontamentos que têm ocorrido em relação ao contrato de concessão e relatados nas reuniões deste órgão, que o tema continue sendo ou seja objeto de decisões formais no âmbito da Diretoria Executiva, com adequado reporte desta ao Conselho de Administração.

Sobre o item (ii), a Sra. Luciana Mizusaki informou que:

(a) existe uma execução fiscal proposta sobre o IPTU do Parque Anhembi, e que, apesar da Companhia ainda não ter sido citada, a GJU tem acompanhado o processo para que não haja reflexos negativos no processo da Concessão. O valor da ação está em aproximadamente R\$ 13,5 milhões, estando em processo de provisionamento, que se dará após a comunicação oficial da PMSP através do DEC – Domicílio Eletrônico do Cidadão.

(b) está em andamento uma licitação para terceirização do contencioso trabalhista;

(c) sobre as contingências e respectivos valores dos processos judiciais, as informações têm sido devidamente repassadas para a Controladoria; e

(d) houve denúncias ao Ministério Público efetuadas por um ex-funcionário da Companhia, alegando que a Companhia não acatou certas medidas que na época foram sugeridas por este. Apurações ainda estão em fase inicial. O CAE solicita ser informado mensalmente ou a cada evolução de fase, para acompanhamento do caso.

Com referência ao item (iii), o Sr. Daniel Oshiro Viana prestou informações e respondeu aos questionamentos dos membros do CAE pertinentes à estrutura da Gerência e às atividades desenvolvidas pela equipe, que englobam, principalmente, o desenvolvimento de um banco de dados único, a ser arquivado em nuvem. O CAE solicitou, ainda, esclarecimentos sobre os trabalhos que envolvam o cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A Sra. Gabriela Senatore esclareceu que a empresa ainda passa por adaptações e que a Gerência de Integridade já tem um plano de adequação para pleno atendimento à lei. Questionados também a respeito de quem recebeu a atribuição da responsabilidade obrigatória de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (“DPO”), a mesma Sra. Gabriela afirmou que as informações contidas no plano serão devidamente alinhadas com a GTI, e informou ainda que uma das metas principais do plano é a indicação de um DPO, conforme exigido pela legislação. O CAE solicita que haja brevemente uma nova prestação de informações sobre o tema, para que assim possa ser verificado o cumprimento da lei pela Companhia, em cenário em que a ANPD já iniciou a

aplicação de penalidades, conforme destacado.

Referente ao item **(iv)** da pauta, o Sr. Fábio de Andrade Cardoso – Coordenador de Contabilidade e Orçamento informou aos membros do Comitê que os trabalhos para fechamento das Informações Financeiras do 2º trimestre de 2023 foram iniciados com o encaminhamento dos documentos iniciais para os auditores externos. O CAE se colocou à disposição para verificações antecipadas dos documentos em relação às datas de reuniões já programadas, caso seja necessário.

Quanto ao item **(v)**, o Sr. Roberto Miguel atualizou informações sobre o Plano de Auditoria, e que neste momento concentra-se no trabalho sobre a Gerência de Compras, para elaboração de relatório com comentários de pontos identificados. Informou, ainda, que em agosto se iniciarão os trabalhos de acompanhamento do contrato de concessão e receita.

Por fim, os membros do Comitê reiteraram a necessidade da recomposição do órgão, em decorrência da renúncia do terceiro membro efetivada ainda em 31 de maio de 2021 .

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 21 de julho de 2023

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário :

(todos com assinatura eletrônica)

SÉRGIO TUFFY SAYEG – Presidente

DORIVAL ALCALDE – Membro

ANA PAULA SILVA – Secretária de Governança Corporativa



Ana Paula Silva dos Santos
Secretário(a) de Governança Corporativa
Em 09/08/2023, às 15:14.



Sérgio Tuffy Sayeg
Membro do Comitê
Em 09/08/2023, às 16:07.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **087948473** e o código CRC **4DE11C1C**.
